

Coimbra: a luta estudantil e o património identitário da cidade

Rui Bebiano*

1. A retórica da identificação desse corpo complexo que é a cidade constrói-se sempre de forma parcial. Buscando no passado as marcas que lhe definem a singularidade, as biografias das cidades isolam vestígios, preservam episódios, seleccionam vozes, memórias, espaços, edificações, enquanto outros passam para um segundo plano ou permanecem esquecidos. A memória colectiva que integra a construção das identidades fala de acordo com a singularidade dos seus intérpretes¹. Assim se compreende que, em *Istanbul, Memories of a City*, Orhan Pamuk revele como a paisagem da sua cidade para ele permanece essencialmente povoada “*de ruínas e de melancolia*”². Escolheu observar Istambul a partir de ângulos precisos, centrados nos vestígios de um passado que idealizou durante a infância e escolheu ilustrar com gravuras de uma tonalidade romântica, velhos bilhetes-postais e fotografias a preto e branco, de acordo com a imagem que guardou de uma época na qual a vitalidade otomana já não era senão uma recordação, ao mesmo tempo que deixou de lado as perspectivas, mais frementes e modernas, que as recentes autoridades locais «europeístas» têm procurado promover.

É este, no fundo, o grande dilema que se coloca à construção de toda a identidade fundada na memória: fixar uma representação do passado, procurando, para tal, iludir a inevitável mobilidade. O arquitecto Rem Koolhaas refere este problema procurando clarificar os limites dentro dos quais ele se nos oferece: “*Na medida em que a identidade deriva da substância física, do histórico, do contexto e do real, de certa forma podemos calcular que nada de contemporâneo – feito por nós – lhe traga algo de novo*”. Considera, porém, que «*a identidade concebida como esta forma de partilhar o passado é uma proposição condenada a perder*», uma vez que, em sociedades cada vez mais alargadas e complexas, “*a história tem uma ingrata vida*

* Historiador. Professor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e investigador do Centro de Estudos Sociais. Publicado em *Um Século de Lutas Académicas*, coord. de Amadeu Carvalho Homem, Coimbra, Editorial Moura Pinto, 2007, pp. 123-150.

¹ Joel Candau, *Mémoire et Identité*. Paris, PUF, 1998.

² Orhan Pamuk, *Istanbul. Memories of a City*. London, Faber and Faber, 2005, p. 6.

média, pois quanto mais se abusa dela menos significativa ela se torna”³. Aceitando este ponto de vista, será da maior utilidade relativizar as perspectivas unívocas e procurar ampliar, tanto quanto possível, a dimensão do passado que recolhemos como tributo para a construção identitária das cidades, tentando perceber a sua dinâmica própria, a diversidade das tradições que oferece, e, por esta forma, procurando alargar um pouco mais, de forma a fazer recuar o esquecimento, essa «*ingrata vida média*» da história da qual nos fala Koolhaas.

Coimbra não constitui, neste campo, uma excepção. Apesar da sua circunscrita dimensão demográfica, a cidade integrou sempre olhares tão diversos quanto espartilhados, definidores de lugares sociais, perspectivas culturais e experiências de vida bem menos lineares do que a tradição arquetípica dominante nos tem, por vezes, feito acreditar. Pondo de lado as transformações das últimas duas décadas, que apontam para um processo de rápida e profunda evolução da malha urbana, a cidade permaneceu sempre pontuada por um universo de características inerentes à presença física e ao peso simbólico da sua Universidade. Todavia, este distancia-se cada vez mais, pela sua complexidade, da imagem tradicional, excessivamente caricaturada e de pendor acentuadamente nostálgico, que por vezes lhe serve de identificação.

A urbe integrou sempre, naturalmente, uma população fixa, amplamente maioritária, composta pelos que a habitavam como território permanente de moradia e actividade, bem como por aqueles que, chegados diariamente dos arredores rurais para os quais de seguida regressavam, a frequentavam como lugar de trabalho e convivência. Mas manteve também uma importante população de passagem, composta sobretudo pelas sucessivas gerações de estudantes universitários que a habitavam temporariamente, e que, por um conjunto de circunstâncias, em larga medida marcaram as suas formas de auto-representação e de identificação face ao exterior, afastando os restantes habitantes para o papel quase silencioso de figurantes. Os protagonistas deste passado, de acordo com a leitura que se tem revelado hegemónica nos relatos, na opinião pública e no imaginário colectivo, seriam pois os estudantes.

Não será difícil explicar este realce. A centralidade da escola de Coimbra no contexto do país, mantida mesmo após esta haver deixado definitivamente de deter a

³ Rem Koolhaas, *La Ciudad Genérica*. Barcelona, Gustavo Gili, 2006, pp. 6-7.

exclusividade do ensino universitário, determinou uma proeminência cultural, política e social dependente da sua definição enquanto núcleo de afirmação e de irradiação de uma boa parte das elites do país. Apesar da persistente diferenciação dos corpos que integram a Universidade, tanto os seus professores quanto os seus alunos procuraram sempre conferir um rosto expressivo a este destaque. Por sua vez, ao nível da vida da colectiva da própria cidade, esta importância manteve-se com idêntico relevo, factor ao qual não é alheia a dimensão da urbe, bem como as práticas e ritmos da sua vida quotidiana, amplamente marcada pela presença física da vida estudantil, pelo seu impacto económico, bem como das práticas e das imagens que a esta se encontram associadas.

Todavia, a importância da presença estudantil definiu-se sempre de uma forma dúplice: ao mesmo tempo relativa e peremptória. Relativa, em função do carácter limitado da dimensão efectiva do universo estudantil no contexto da cidade. Peremptória, porque esse universo, constituído essencialmente por pessoas jovens, como tal naturalmente dinâmicas e inquietas, afirmou de forma constante uma visibilidade muito maior do que aquela desproporção numérica poderia fazer supor.

2. A população da cidade cresceu vagarosamente durante uma grande parte do século passado: o censo de 1900 apontava para um total de 25.188 habitantes, e trinta anos depois o seu número, apesar de ter sido ampliado, era ainda de apenas 39.647. Em 1940 a população urbana era praticamente a mesma, perfazendo 41.766 moradores, dez anos mais tarde estes serão 48.858, contando-se 52.509 em 1960⁴. Em 1974, porém, será possível contabilizar cerca de 75.000 habitantes, o que evidencia um claro crescimento na fase final do Estado Novo, particularmente acentuado no pós-25 de Abril, apontando os números actuais para uma população citadina de cerca de 145.000 indivíduos. Ao mesmo tempo, o número de estudantes manteve-se durante longos anos quase residual – apenas terá excedido sistematicamente o milhar a partir da década de 1890⁵ – ainda que, gradualmente, a sua percentagem vá aumentando na

⁴ Armando Carneiro da Silva, “Evolução populacional coimbrã”, *Arquivo Coimbrão*, 23, 1968, pp. 193-305.

⁵ António Rodrigues Lopes, *A Sociedade Tradicional Académica Coimbrã Introdução ao Estudo Etnoantropológico*. Coimbra, ed. do autor, 1982, p. 29.

comparação que possa ser feita com o total dos moradores da área urbana de Coimbra. Os números são, neste contexto, bastante esclarecedores: no ano lectivo de 1946-1947, o total do número de alunos universitários ainda seria de apenas 2.717, em 1950-1951 de 3.320, em 1956-1957 de 4.496, em 1960-1961 de 5.356, mas em 1966-1967, no contexto de uma primeira fase de crescimento rápido verificada ao longo da década de 1960, eram já 7.646, dos quais uma percentagem significativa era pela primeira vez composta por mulheres⁶. Durante o curto período marcelista, vivido na academia em ambiente de constante instabilidade, o número rondou sempre os 9 milhares de estudantes, tendo sido apenas após o 25 de Abril de 1974 que se assistiu a uma nova fase de crescimento rápido, levando a que, na viragem para este século, o seu total ultrapassasse já os 23.000. Em qualquer dos momentos, a percentagem de universitários na relação com o conjunto da população urbana jamais superou os 15%, o que permite relativizar algumas das marcas, de origem empírica, que a este respeito têm integrado o imaginário colectivo.

Por outro lado, a dimensão espacial da malha urbana mantinha-se contida dentro de uma área reduzida e delimitável praticamente a olho nu. Até aos inícios da década de 1960, Coimbra permanecia uma pequena cidade, na qual a relação com espaço rural em volta se fazia através da acentuada intrusão da paisagem rural dentro do perímetro urbano – as matas, os laranjais, as hortas, até mesmo alguns terrenos baldios – e, ao mesmo tempo, por intermédio também de um relacionamento constante, no plano da vida activa, com a população, geralmente muito pobre, das pequenas mas numerosas vilas e aldeias que a rodeavam ou que a ela se ligavam pelos mais diversos laços⁷.

De facto, o reconhecimento dos relatos textuais e das memórias fotográficas provenientes do século XIX revela o modo como o rosto da urbe não tinha sido profundamente alterado ainda durante as primeiras décadas do século XX, sendo fácil identificar, na cidade desses anos, o núcleo restrito de lugares de referência mencionados nas notícias dos jornais e nos textos memorialistas. A grande mudança

⁶ Vejam-se Adérito Sedas Nunes, “A população universitária portuguesa: uma análise preliminar”, *Análise Social*, 22-23-24 (VI), 1968, pp. 295-385; e Joaquim Ferreira Gomes, *A Mulher na Universidade de Coimbra*. Coimbra, Almedina, 1987.

⁷ Vejam-se Paula Santana, “Mobilidade e organização do espaço urbano de Coimbra”, *Cadernos de Geografia*, número especial, 1996, pp. 57-66; e Filipe Jorge e José António Bandeirinha, *Coimbra vista do céu*. Lisboa, Argumentum, 2003.

ocorreu já em pleno Estado Novo, durante as décadas de 1940-1950, com a destruição de parte substancial da velha Alta e a construção das novas instalações universitárias, apoiada numa monumentalidade, comum à arte pública dos governos totalitários da época, que o salazarismo aqui procurou replicar⁸. A edificação das “Escadas Monumentais” que passaram então a permitir o acesso directo à Praça da República daquele que é hoje o Pólo 1 da Universidade – transformada agora em novo espaço de encontro dos estudantes –, pontuava a importância magna detida pela Universidade no contexto de vida da cidade e o forte impacto público que envolvia o seu *locus* físico e simbólico.

Os lugares da vivência universitária permaneciam, porém, essencialmente os mesmos, se bem que a sua ligação ao quotidiano estudantil começasse a ver-se limitada e confrontada com outras possibilidades. A Via Latina, no interior do Pátio da Universidade, os Arcos do Jardim, o Jardim Botânico, o Penedo da Saudade, as ruelas da Alta dentro das quais permanecia ainda, em repúblicas, lares ou “quartos alugados”, a maior parte da residência estudantil, eram agora associados a áreas periféricas, como Celas, a Baixa e o Largo da Portagem, o campo de futebol de Santa Cruz, os laranjais do Choupalinho, ou as matas do Choupal e do Vale de Canas. Apenas ao longo da década de 1960 outros núcleos passaram gradualmente a ser tomados como local de habitação ou de convivência estudantil, como aconteceu com o bairro da Solum, a avenida Afonso Henriques ou a própria Praça da República, que ganhou uma nova vida após a inauguração, em 1961, do Teatro Académico de Gil Vicente, e a instalação, no mesmo bloco de edifícios, da Associação Académica de Coimbra, com toda a efervescência contida na actividade das suas secções autónomas e departamentos.

Porém, alguns dos textos de natureza memorialista sobre a cidade e a vivência estudantil produzidos já na segunda metade do século XX, propositadamente pitorescos e marcados pela recordação da passagem dos seus autores pela cidade, insistem ainda, sistematicamente, na referência aos espaços e aos circuitos tradicionais, próprios de um território de dimensão exígua e ainda pouco permeável a

⁸ Vejam-se Nuno Rosmaninho, *O Poder da Arte. O Estado Novo e a Cidade Universitária de Coimbra*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2006; e Isabel Nogueira, “Coimbra: alguns aspectos da evolução da cidade do início do século XX aos nossos dias”, *Biblos*, série 2, IV, 2006, pp. 255-297.

uma rápida mudança, esforçando-se por recuperar um passado imaginado como essencialmente familiar e desejavelmente imóvel⁹. Em 1984, um antigo estudante, Raul Fernandes Martins, lamentava as mudanças mais próximas da data em que escreve, enunciando uma reacção saudosa com um tempo e um retrato, em larga medida já só imaginados, que tinha a desgostosa noção de se estarem a diluir: “*Coimbra depois de perder, com o pretexto das urbanizações, o seu romantismo tão característico, parece que está a perder, com o pretexto do progressismo, os seus preconceitos académicos, tão característicos também*”¹⁰. Em 2000, António Curado, ex-estudante e jogador de futebol da Académica, deplorava também o facto de Coimbra ir “*perdendo as genuínas características que a proclamaram como cidade sui generis*”, e de ter deixado “*de ser a nostálgica cidade dos amores e do pacato e romântico Mondego do Choupal até à Lapa*”¹¹.

Com efeito, desde há muito que vinha sendo fixada uma imagem prototípica da cidade e da vida estudantil. António Feliciano de Castilho, João de Lemos, A. M. Couto Monteiro, António de Serpa, Tomás Ribeiro, João de Deus, Manuel da Silva Gaio e Queirós Ribeiro, para falar apenas de alguns autores, abordaram Coimbra, ao longo do século de Oitocentos, com um lirismo extremado e repetitivo que definirá uma das suas componentes arquetípicas¹². Esta imagem surgirá entretanto, de uma forma particularmente elaborada, em textos publicados nos inícios do século XX e será depois replicada durante parte da vigência do Estado Novo. Os volumes memorialistas, marcados por um romantismo tardio, de Trindade Coelho (*In Illo Tempore*, de 1902) e de Alberto Costa, o Pad’Zé (*O Livro do Doutor Assis*, de 1905), constituíram-se rapidamente como exemplares da elaboração da imagem de uma vida estudantil desenhada como despreocupada, mergulhada num dia-a-dia de boémia e de estúrdia, com algum romance de permeio, mas pontuada também pelo criterioso

⁹ Sobre este tema veja-se o detalhado capítulo «Coimbra: a Cidade e o Imaginário», que integra a obra de Nuno Rosmaninho atrás referida. Ali se apresenta também um interessante modelo analítico da cidade, o qual aponta para a separação e a coabitação histórica entre três «Coimbras» providas de diferentes mapas e sociabilidades: a da Universidade, a dos conimbricenses e a dos estudantes.

¹⁰ Raul Fernandes Martins, *Coimbra, recordações de um estudante*. Coimbra, ed. do autor, 1984, p. 148.

¹¹ António Curado, *Coisas sobre Coimbra. O Pica e a Briosa*. Coimbra, Almedina, 2000, p. 28.

¹² Veja-se Nuno Rosmaninho, *O Poder da Arte. O Estado Novo e a Cidade Universitária de Coimbra*. Versão original policopiada de tese de doutoramento. Coimbra, 2001, vol. I, pp. 113-176.

respeito da ordem política e da hierarquia social estabelecidos, incluindo-se nesta a universitária. A desordem que exprime instala uma ordem simbólica que a desculpabiliza, e de alguma forma a recupera, porque ela jamais pisa a fronteira da subversão. Será este também o sentido tomado por livros como *Tempos de Coimbra* (1925), de Alberto Cabral, *Coimbra do Meu Tempo* (1929), de Armando Cândido, *Vida Errada* (1933), de Fernando Correia, e tantos outros, num total de mais de sessenta obras do género que foram até hoje publicados¹³. Por sua vez, o filme *Capas Negras*, realizado em 1947 por Armando de Miranda, apesar da polémica que suscitou no interior da academia coimbrã¹⁴, contribuirá também, pelo grande êxito que representou – ao qual não terá sido alheia a participação de actores populares como Alberto Ribeiro e Amália Rodrigues –, para divulgar junto de outras áreas sociais do país a imagem, ali assumida como «tradicional», do estudante de Coimbra.

E não se pense que a produção desta imagem se manteve confinada à actividade memorialista de antigos estudantes, mais ou menos obscuros e afectados pela nostalgia das suas juventudes esvaecidas. Em textos tão diversos como *O Caminho Fica Longe* (1943), de Vergílio Ferreira, *Fogo na Noite Escura* (1943), de Fernando Namora, *Porta de Minerva* (1947), de Branquinho da Fonseca, *Nó Cego* (1950), de Tomás de Figueiredo, ou *Os Avisos do Destino* (1953), de José Régio, ecoam igualmente indícios dessa imagem tipificada do estudante coimbrã. Na «carta-prefácio» que escreveu para um livro de Júlio Montalvão Machado, Aquilino Ribeiro confiará mesmo, não se vislumbrando no que escreve ponta de ironia, sentir-se “*diminuído por não haver esfarrapado pelas duas Couraças uma capa preta de estudante e bem assim não haver improvisado sobre a viola chuleira dum veterano das cantigas à lua estanhada e às tricanas.*”¹⁵. Vestígios de um universo, reproduzido na dimensão do imaginário, no qual a essência comportamental do universitário de Coimbra permanece associada um certo padrão de “marginalidade ocasional” ligada à experiência codificada da praxe académica e, como reverso da

¹³ Nuno Rosmaninho contabiliza 61 memórias académicas de estudantes da Universidade de Coimbra que foram editadas entre 1792 e 2001. *Idem, ibidem*, vol. II, pp. 326-327.

¹⁴ Veja-se Álvaro Garrido, “Coimbra nas imagens do cinema no Estado Novo”, *O Cinema sob o Olhar de Salazar*. Coord. de Luís Reis Torgal. Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 274-303.

¹⁵ Aquilino Ribeiro, “Carta-Prefácio” in Júlio de Montalvão Machado, *5 Contos... em moeda corrente*. Porto, Progredior, 1961, n.n.

mesma moeda da transgressão tolerada, ao enaltecimento da vida boémia e do excesso festivo. Maria Eduarda Cruzeiro falou dos comportamentos “praxísticos” como “*práticas institucionais especiais, cujas funções básicas de conservação de uma originalidade fundada na traição tendem, no desenrolar da sua história, a cristalizá-las em formas quase rituais*”¹⁶. A perspectiva dos seus cultores é, todavia, mais linear: estes preferem em regra apontar-lhe uma dimensão pedagógica, como ritual de iniciação aos códigos que consideram próprios da comunidade estudantil e também como factor de socialização e de divertimento¹⁷, embora seja possível detectar, pelo menos desde o século XVIII, uma outra tradição, tendente a desvalorizar, e por vezes até a combater, as actividades da praxe¹⁸.

A boémia, pelo seu lado, pautou durante muitos anos um estereótipo do universitário que a generalidade dos textos memorialistas expõe e que determinadas formas de autorepresentação propostas pelo discurso coimbrão dominante foram reforçando. Segundo Manuel Carvalho Prata, para os seus partidários o estudante de Coimbra possuiria duas vidas completamente distintas: “*uma, a escolar propriamente dita, onde, por mais que custe, há obrigações a cumprir (...); a outra, a extra-escolar, que para além de constituir uma fuga ao aborrecido e monótono quotidiano dos livros e sebatas, se apresenta também como recreação do espírito, tempo irreverente de juventude, e é vivida sob as mais diferentes formas e feitios.*”¹⁹ Será sobre o hiato assim estabelecido que se definirá essencialmente o padrão comportamental dominante do estudante boémio, a um tempo transgressor e submisso, exclusivamente masculino, que em diversos momentos a realidade da história da academia irá questionar, como se verá um pouco adiante.

Já em 1920, Henrique Teixeira Bastos, antigo professor de física, se referia criticamente, em *A Vida do Estudante de Coimbra*, ao consumo de bebidas alcoólicas

¹⁶ Maria Eduarda Cruzeiro, “Costumes Estudantis de Coimbra no Século XIX: tradição e conservação institucional”, *Análise Social*, 60, 2ª série, vol. XV, Lisboa, 1979, p. 802.

¹⁷ Poderá ser de alguma utilidade uma abordagem analítica, ainda por fazer, das sucessivas deliberações «praxísticas» do Conselho de Veteranos da academia de Coimbra.

¹⁸ Veja-se Miguel Cardina, *A Politização do Meio Estudantil Coimbrão durante o Marcelismo*. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2005, pp. 18-25. [texto policopiado]

¹⁹ Manuel Alberto Carvalho Prata, *Academia de Coimbra (1880-1926). Contributo para a sua História*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 2002, p. 165.

e à vida de tasca associada à imagem tipificada que muitos dos alunos incorporavam como sua durante a estadia na cidade²⁰: *“Entristeço-me sempre quando, às vezes, de longe em longe, vejo um estudante embriagado, tornado voluntariamente um louco de ocasião, como se a inteligência lhe fosse um pesado fardo, e não o seu principal instrumento de trabalho.”*²¹ Em sentido diverso, mas igualmente crítico do modelo dominante nas representações da vida estudantil, Manuel Louzã Henriques falará, muitos anos depois, de uma “boa boémia”, associada ao que considerou ser *“o ócio útil, bebido e conversado, onde passou a cultura, a literatura, a arte, a violência política”*, por oposição aquela boémia “despolitizada”, transformada *“numa ideologia oca, num grupo de rapadores de cabeças, boémios de má qualidade com piadas eventualmente de mau gosto”*²².

De facto, a convivialidade estudantil não pode ser concebida apenas a partir do modelo mais divulgado, o qual concebe os seus procedimentos como geralmente desprovidos de atitudes de questionamento político ou de capacidade para uma intervenção cívica e cultural de natureza crítica. E, de facto, as duas atitudes nem sempre se apresentaram como incompatíveis. No *In Memoriam de Antero de Quental*, Eça recupera, ainda que de uma forma algo romanceada, o ambiente que ambos haviam partilhado. Após descrever muito negativamente a organização e o funcionamento da Universidade de seu tempo, considera que *“no meio de tal Universidade, geração como a nossa só podia ter uma atitude - a de permanente rebelião”*. Retrata assim toda uma atitude de insubordinação extrema que define como forma particular da vivência estudantil que protagonizou: *“Com efeito, em quatro anos, fizemos, se bem me recordo, três revoluções, com todos os seus lances clássicos, manifestos ao País, pedradas e vozearias, uma pistola ferrugenta debaixo de cada capa, e as imagens dos reitores queimadas entre danças selváticas”*. A Universidade seria afinal, na sua perspectiva, *“uma grande escola da revolução”*,

²⁰ São abundantes as referências em textos, aparecidos em livros ou publicações periódicas, que as relacionam com a vida, essencialmente em ambiente masculino, do estudante de Coimbra. Veja-se Manuel Prata, *Ob.Citada*, pp. 165-174.

²¹ Henrique Teixeira Bastos, *A Vida do Estudante de Coimbra (Antiga e Moderna)*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1920, p. 62.

²² Manuel Louzã Henriques, “Considerações sobre a boémia estudantil no Século XIX”, in *Universidade(s). História, Memória, Perspectivas*, Coimbra: Universidade de Coimbra. Vol. 3, Coimbra, 1991, p. 354.

uma vez que “*pela experiência da sua tirania aprenderíamos a detestar todos os tiranos, a irmanar com todos os escravos.*”²³

Esta atitude protestativa não mais deixou de deter um lugar importante no quotidiano estudantil, ainda que fosse apenas a partir do decénio de 1950, e principalmente ao longo do seguinte, que, com a afirmação de um novo tipo de estudante – já não, necessariamente, o futuro quadro privilegiado, mas agora também o cidadão mergulhado num universo reconhecidamente contraditório onde pode fazer ouvir a sua voz e aplicar a sua capacidade crítica – a forma mais tradicional de conceber o estudante de Coimbra se viu contestada e passou a encontrar a concorrência de uma outra atitude. Celso Cruzeiro, dirigente estudantil durante a crise académica de 1969, anota, comentando a nova realidade que partilhou: “*Em muitas formas tradicionais de convívio se introduziram outros elementos, abertos ao conteúdo dos novos tempos. À medida que a evolução se processava, velhas formas se alargaram, modificaram ou substituíram de modo a abarcar a seiva que a prática estudantil contemporânea lhes ia introduzindo.*” As águas iriam então separar-se, quando um número crescente de estudantes se iniciou na ruptura, particularmente acentuada em 1969 a partir da proclamação do “luto académico”, com aquelas formas, nas quais agora apenas viam “*a expressão de ideias retrógradas e passadistas, símbolos de discriminação entre uma população privilegiada (os estudantes) e a população em geral da cidade.*”²⁴ Os testemunhos de muitos dos activistas estudantis de Coimbra da década de 1960 e dos inícios da seguinte confirmam esse tipo de ruptura e a afirmação de uma forma própria de assumir a condição conjunta de estudante e de cidadão, a qual passava por um assumido distanciamento, por vezes transformado em clara animosidade, em relação às práticas académicas tradicionais²⁵.

Em *Variações em Sousa*, de 1987, o poeta Fernando Assis Pacheco, antigo estudante de Coimbra, deixará, sob a forma de um poema autobiográfico, a certeza de que “*Não*

²³ Eça de Queirós, “Antero de Quental”, in *Obras de Eça de Queiroz*, vol. II, *Notas Contemporâneas*. Porto, Lello & Irmão, s.d., p. 1545 (originalmente como “Um Génio que era um Santo”, na obra colectiva *In Memoriam de Antero de Quental*, Porto, Mathieu Lugan, 1896).

²⁴ Celso Cruzeiro, *Coimbra, 1969. A crise académica, o debate e a prática, ontem e hoje*. Porto, Afrontamento, 1989, pp. 47-48.

²⁵ Veja-se Maria Manuela Cruzeiro e Rui Bebiano, *Anos Inquietos. Vozes do Movimento Estudantil em Coimbra (1961-1974)*. Porto, Afrontamento, 2006.

tive nunca nada a ver com as/ guitarras estudantes: eu vivia / num lento bairro da periferia / onde a chuva apagava os passos das / pessoas de regresso a suas casas / fazia compras na mercearia / e algum livro mais forte que então lia / já era para mim como um par d'asas."²⁶ Uma nova forma de representar a cidade e a vida universitária emergia decididamente, em estreita ligação com a afirmação de um universo que transcendia as fronteiras físicas e no interior do qual a preocupação com a dimensão cívica e cultural do estudante recuperava uma posição que, de facto, jamais se perdera de todo.

3. Até aos inícios do século XIX, não existe notícia de movimentações colectivas situadas fora da defesa dos privilégios e dos interesses pontuais da corporação estudantil. As repetidas rixas, estúrdias e arruaças, que definiam um relacionamento por vezes violento com a população não-universitária, designada “futrica”, eram integradas dentro de uma dimensão de manutenção das prerrogativas académicas. No interior de uma sociedade rigidamente hierarquizada, o aluno universitário permanecia submetido à ordem magistral, ocupado com a preparação para o lugar social de destaque que lhe estava seguramente reservado. A Universidade de Coimbra era pois, no que à sua função primordial dizia respeito, exclusivamente um espaço de formação de futuros “mandantes”: doutores e bacharéis cujo título se afirmava, independentemente da efectiva qualificação, como sinal indiscutível de autoridade e privilégio.

A partir da segunda metade de Oitocentos, porém, esta condição, de natureza ainda essencialmente corporativa, começou a ver-se alterada. Podem identificar-se três tendências que a iniciativa colectiva estudantil irá definir como de índole conflitual. A primeira delas tem a ver com a afirmação regular de formas de oposição, declarada e colectiva, às atitudes discricionárias ou a determinadas orientações das autoridades académicas. É neste contexto que ocorreram movimentações como aquela que levou à constituição da *Sociedade do Raio* (1861-1863) e, logo de seguida, aos acontecimentos da chamada “*Rolinada*” (1864).

²⁶ Fernando Assis Pacheco, “Louvor do Bairro dos Olivais”, *Variações em Sousa* (1987), in *A Musa Irregular*. Lisboa, Assírio & Alvim, 2006, p. 171.

A *Sociedade* teve todas as condições para se definir até ao presente – não fora o constante escape de memória que caracteriza a comunidade estudantil – como uma das referências centrais do movimento académico coimbrão: a luta vitoriosa contra o reitor Basílio Alberto, a valorização que atribuía à participação dos estudantes pugnando por “*uma reforma que distinguisse ciência e costumes*” e o manifesto-proclamação “*à opinião pública ilustrada do país*”, redigido por Antero e assinado por perto de metade dos 725 estudantes então matriculados²⁷. Por sua vez, a “*Rolinada*” – relatada por Vasco Pulido Valente em *Glória*, saborosa biografia do estudante arrivista J. C. Vieira de Castro²⁸, na qual intervieram ainda numerosos raístas – conduziu o movimento numa outra direcção, ultrapassando pela primeira vez os limites físicos da cidade. O êxodo de praticamente toda a academia para o Porto, onde se manteve, com escândalo do país, durante algumas semanas, esvaziando uma Coimbra dia e noite patrulhada por companhias armadas de infantaria, despojando-a da presença efectiva do seu símbolo maior e provocando tanto o pânico das autoridades nacionais e locais como a grave preocupação dos familiares mais zelosos, sublinhou, como jamais acontecera, a importância vital do estudante para a cidade, constituindo, porventura, o mais extremo acto de protesto estudantil alguma vez nela produzido.

Entretanto, em 1907, a greve geral académica irá culminar a contestação das estratégias conservadoras de um “espírito universitário” que, salvo algumas excepções, se revelara incapaz de se adaptar verdadeiramente às práticas e às exigências do liberalismo político e filosófico. Provocada pela reprovação *ad hominem* de José Eugénio Dias Ferreira em provas públicas de doutoramento, abrangeu rapidamente a generalidade da academia, principalmente após a expulsão dos alunos “intransigentes”, que haviam tido um papel mais activo na organização dos protestos. Apesar de semi-derrotada, esta luta estudantil, repleta de episódios rocambolescos, decorreu em função de um conjunto de factos e circunstâncias que lhe conferiram uma dimensão nacional, alargando-se a outras escolas superiores e aos liceus, sempre acompanhada de um amplo e inflamado debate a respeito da política

²⁷ António Nóvoa, “A Sociedade do Raio na Coimbra académica de 1861-1863”, in *Universidade(s). História, Memória, Perspectivas*. Coimbra, Congresso História da Universidade, 1991. Vol. 3, pp. 277-320.

²⁸ Vasco Pulido Valente, *Glória*. Lisboa, Gótica, 2001.

educativa e da própria sociedade académica, com uma larga projecção na imprensa periódica da época²⁹ e uma presença assegurada no lastro de memória da academia.

A segunda tendência preenchida pela iniciativa estudantil definiu-se através da sua intervenção empenhada na tentativa de suscitar mais directamente a alteração das políticas governamentais para a educação pública, em particular para a universitária. Possui igualmente momentos de grande dinamismo, em regra centrados, pela força das circunstâncias que implicavam uma maior vulnerabilidade do Estado, nos períodos de intensa instabilidade política. Primeiramente, aqueles que se seguiram à proclamação da República; depois durante os anos de uma “primavera marcelista” coincidente com a fase crítica e de declínio do Estado Novo; em seguida nos tempos imediatamente posteriores ao 25 de Abril; e, finalmente, em 1993, dentro de um contexto bastante diverso, quando o ministro “cavaquista” Couto dos Santos lançou a ideia da revogação do anterior regime de propinas, abrindo um conflito que permanece ainda em aberto.

Logo em Outubro de 1910, Coimbra foi palco de movimentações destinadas a pôr em causa a ordem universitária vigente durante a monarquia. Os estudantes invadiram em fúria a Sala dos Capelos, fazendo os seus cadeirais em pedaços e retalhando as vestes dos lentes. No dia 23 desse mês, ao mesmo tempo que era suprimida a Faculdade de Teologia, abolia-se o foro académico e declarava-se facultativo o uso da capa e batina, terminando-se também com os cerimoniais académicos. Manuel de Arriaga, o recém-empossado reitor republicano, que em breve seria o primeiro presidente da República constitucionalmente eleito, e António José de Almeida, ministro do Interior, anunciarão, sem quaisquer insígnias universitárias, perante uma assembleia de lentes e estudantes reunidos sem distinção de nível na Sala dos Capelos, a confirmação destas e de outras medidas, num vislumbre simbólico, das profundas mudanças sociais e na organização do ensino que, antes ainda de iniciado o recuo de um republicanismo mais radical e jacobino, pareciam anunciar um programa político capaz de promover a reforma do sistema universitário.

Muitos anos mais tarde, em plena crise académica de 1962, mas principalmente durante a fase conturbada vivida no ano lectivo de 1968-69, os estudantes de Coimbra

²⁹ Alberto Xavier, *História da Greve Académica de 1907*. Coimbra, Coimbra Editora, 1962.

iriam afirmar a divergência perante o autoritarismo do regime, no que se refere à sua política educativa para o ensino superior. A forma razoavelmente ordeira que tomou a célebre manifestação do 17 de Abril de 1969 no edifício das Matemáticas, na presença da “veneranda figura do Chefe de Estado” e do seu ministro da Educação José Hermano Saraiva – tornada “irreverente” e “inadmissível” por um regime que se mantinha intransigentemente autoritário e esforçadamente autista –, bem como as palavras de ordem estudantis na altura avançadas, anunciavam esse projecto de, pela iniciativa do movimento estudantil, promover a mudança na política educativa do governo³⁰. Quando se requeriam fundamentalmente medidas no sentido de uma renovação da universidade e da “democratização”, a par do respeito para com os dirigentes associativos eleitos e da proposta de reintegração de professores e alunos expulsos por motivos políticos, colocava-se a voz estudantil num espaço que até então a ignorava³¹, e a própria cidade no centro da contestação de uma política educativa e cultural com a qual as autoridades académicas, salvo raríssimas excepções, compactuavam sem grandes problemas.

Apenas a situação criada com a revolução de Abril viria, de facto, a propiciar a possibilidade de uma intervenção activa nesta área, se bem que, nessa altura, a voz reformadora dos estudantes – e particularmente a dos estudantes universitários – tivesse sido de alguma forma abafada por premências revolucionárias mais dificilmente adiáveis. Existe, todavia, toda uma história da actuação estudantil no período imediatamente pós-revolucionário – desde o dia da abolição do regime salazar-marcelista até à promulgação do Decreto-lei n.º 781-A/76, vulgarmente designado como “lei Cardia” – que se encontra ainda por fazer, mas sem a qual não será possível entender de forma cabal o desenvolvimento da vida universitária ao longo dos últimos trinta anos. Bastará recordar que foi a confluência da tradição corporativa universitária com a intervenção de alguns dos objectivos do calendário revolucionário que criou as condições para a produção dos instrumentos da “gestão democrática das escolas” que, anos depois, associados em Coimbra a uns também conciliatórios e ambíguos Estatutos da Universidade, consignados em 1989 por

³⁰ Celso Cruzeiro, *Op. Cit.*

³¹ Rui Namorado, “Para uma Universidade Nova – Crónica da Crise de 69 em Coimbra”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 27/28, 1989, pp. 63-124.

despacho normativo, produziram a actual situação de bloqueio institucional em relação à intervenção dinâmica da iniciativa estudantil e à própria capacidade operativa dos organismos gestionários.

Após a época que correspondeu sensivelmente à década de 1980, na qual prevaleceu um movimento dirigido por militantes dos destacamentos partidários juvenis (as chamadas “jotas”), quase exclusivamente centrado numa actividade meramente associativa, irá dar-se início à procura de um novo modelo de actuação. A luta estudantil contra o pagamento de propinas emergirá assim dentro de um contexto de indefinição programática, mas também de uma nítida e crescente recusa da interferência dos partidos políticos³². Uma orientação menos formal, então adoptada por alguns sectores politicamente desenquadrados da frente “anti-propinas” – a qual lhes valeu o qualificativo público, atribuído pela imprensa, de actores de uma certa “geração rasca” – resultou em larga medida desse processo de busca, que nos anos mais recentes tem vindo a possibilitar o crescimento de um movimento menos dependente de programas reivindicativos excessivamente localizados. No caso de Coimbra, a relativização do lugar outrora central da sua *Alma Mater* correspondeu também à moderação do papel, importante mas já não decisivo, do segmento nativo de uma iniciativa estudantil agora dotada de dimensão claramente nacional.

4. Porém, aquilo que mais duradoura e profundamente marcou o movimento académico coimbrão ao longo dos últimos 150 anos, bem como o destaque do seu lugar na história da cidade e no contexto de desenvolvimento da comunidade nacional, foi, como terceira e última das tendências atrás enunciadas, o seu envolvimento em iniciativas dotadas de uma elevada responsabilidade política, visando intervir muito activamente nas transformações operadas na sociedade portuguesa e, por vezes, na definição do próprio regime. Mais intensa e perturbadora, é também esta vertente aquela que tem sido abordada de forma mais superficial, sendo, por este motivo, mais facilmente apagada da memória residente das ulteriores gerações de estudantes, sendo desvalorizada, por comparação com um certo memorialismo “castiço”, na construção das imagens identitárias da cidade.

³² Veja-se Ana Drago, *Agitar antes de ousar: o movimento estudantil "antipropinas"*. Porto, Afrontamento, 2004.

Na Primavera de 1828, alguns dos lentes que iam a Lisboa beijar a mão a D. Miguel, monarca absoluto, foram agredidos e assassinados na aldeia de Sangardão, perto de Condeixa-a-Nova, por um grupo de estudantes liberais mais exaltados. Esta acção marcou a sangue o início do envolvimento estudantil nas grandes questões da ordem política, confirmada pouco tempo depois pela intervenção dos batalhões académicos em diversos conflitos, especialmente durante os tempos difíceis da Guerra Civil (1832-34) e da Patuleia (1846-47). Nesse tempo conturbado, tornou-se mesmo corrente a prática da passagem administrativa dos alunos matriculados, esvaziando a cidade dos seus estudantes e concedendo-lhes, sem contratempos processuais, a oportunidade para se dedicarem a salvar a pátria. Terá sido, porém, a já referida *Sociedade do Raio*, a assumir claramente a intervenção estudantil enquanto espaço-tempo de preparação dos estudantes para uma intervenção que deveria ser perspectivada, como a própria proclamava, para “*fora daqui*”³³. Por isso a realidade do país, no seu conjunto, esteve tão presente nas razões que determinaram esta acção académica, projectando-a para além dos limites do meio universitário e da cidade, mobilizando um conjunto de referências internacionais no plano das ideias, e definindo como objectivo essencial, na palavra dos seus próprios agentes, “*livrar um século novo do fantasma doutro século morto e enterrado*”³⁴.

O alargamento do grau de politização do movimento associativo e estudantil coimbrão e o seu empenho em iniciativas apontadas contra o regime, verificaram-se, entretanto, na fase posterior ao 28 de Maio e à implantação da Ditadura Militar. Nessa altura, dentro de uma área social já adaptada à intervenção pública que tinha sido estimulada pelo ambiente cívico vivido durante a I República, foi no sentido de assegurar a sua defesa que foram lançadas diversas acções estudantis. Derrotada por um regime que entrava então nos anos da estabilização política e da afirmação junto de largos sectores da população que se seguiram imediatamente à proclamação do Estado Novo, este tipo de intervenção quase desaparecerá de seguida, durante o período que se prolongou até ao fim da Segunda Guerra Mundial e à integração de

³³ «Manifesto» *apud* António Nóvoa, *Op. Cit.*, p. 277.

³⁴ *Idem, ibidem*, p. 282.

amplios sectores estudantis nos actos de uma oposição que, após a vitória militar dos aliados, por instantes acreditara encontrar-se próxima do poder.

A eleição de uma direcção associativa chefiada por Francisco Salgado Zenha, em assembleia-geral de estudantes que teve lugar em 1944, foi um sinal desse tempo fugaz: os dez anos seguintes corresponderão, de facto, ao regresso do associativismo estudantil a uma posição defensiva. Tal aconteceu dentro de um ambiente cultural definido, muito particularmente no caso de Coimbra – na sua condição de centro de reduzidas dimensões, fortemente marcado pela actuação de índole conservadora dos círculos próximos do salazarismo, por um certo provincianismo atávico e pela origem rural da larga maioria dos seus corpos – por intermédio de um nítido deslocamento em relação às práticas sociais e às iniciativas culturais que vinham já sendo detectadas junto dos ambientes urbanos alargados, mais complexos e abertos a uma razoável influência cosmopolita, junto dos quais as outras duas grandes academias nacionais se vinham definindo.

Apenas no decorrer dos “longos anos 60” – sensivelmente entre os meados das décadas de 1950 e de 1970 – esta situação se verá verdadeiramente alterada³⁵. Durante esses cerca de vinte anos, aquilo que outrora fora concebido como zona de consenso – ou seja, o universo de um saber que conseguia atravessar as gerações, diferentes segmentos sociais e o próprio sistema educativo – começava a ver-se transformado em campo de batalha, ao mesmo tempo que a cultura passava “*de parte da solução a parte do problema*”³⁶. Isto significa que a afirmação de uma nova *cultura-mundo*, de dimensão planetária, se fez então em pleno combate contra as matrizes dominantes da modernidade, funcionando ao mesmo tempo enquanto base energética e campo de influência de toda a corrente contestatária. Será, porém, no contexto das alterações operadas dentro de um universo juvenil em expansão que se tornará possível detectar a origem de boa parte das grandes transformações que ocorreram na época, bem como do ponto de não retorno que, em particular no que

³⁵ Vejam-se Arthur Marwick, *The Sixties. Cultural Revolution in Britain, France, Italy and the United States, c.1958-c.1974*. Oxford, Oxford University Press, 1998; e Marianne DeKoven, *Utopia Limited. The Sixties and the Emergence of the Postmodern*. Durham, Duke University Press, 2004.

³⁶ Veja-se Terry Eagleton, *A Ideia de Cultura*. Lisboa, Temas & Debates, 2003.

respeita à afirmação de uma atitude recorrente de valorização das formas de protesto anti-disciplinar³⁷, elas puderam configurar.

Um número importante de jovens, particularmente aqueles que povoavam os espaços urbanos e universitários, questionavam agora a sua transformação – até essa altura tomada como um dado adquirido, mesmo entre a generalidade dos sectores de oposição – em meros porta-vozes dos impulsos políticos e das expectativas culturais das suas elites de origem. Assumiam-se como sujeitos sociais que questionavam e contestavam o seu modo de inserção na sociedade, constituindo a sua própria condição juvenil o objecto de interesse em redor do qual foram capazes de construir a sua área de intervenção política. Não era apenas nova a existência de jovens associados às formas de crítica, contestação e rebeldia, com as quais confrontavam as autoridades, mas era igualmente novidade que, a um ritmo cada vez mais veloz, eles se mostrassem em condições de apresentarem alternativas, ou fossem capazes de empreender uma acção distinta da dos mais velhos, e por vezes se lhes opusessem. Afirmava-se, enquanto facto totalmente incontornável, a sua própria visibilidade social³⁸.

Esse lugar distinto emergia também como território de resistência, dentro do qual se desenvolvia uma existência específica, social e culturalmente desenraizada, capaz de afirmar um “*viver entre parêntesis*”³⁹, idealmente percorrido numa dimensão transnacional, que conferia aos meios juvenis, e nesta fase particularmente aos universitários, uma autonomia – longe da família, distante do trabalho – que suscitava, ao mesmo tempo, o distanciamento e mesmo a recusa em relação às condicionantes do meio envolvente.

Em Coimbra, no espaço tradicionalmente ensimesmado da antiga cidade universitária, produziram-se assim, nesta fase de intensa mudança geracional, modalidades de uma subcultura de elevado potencial subversivo, as quais, crescendo

³⁷ Veja-se Julie Stephens, *Anti-Disciplinary Protest. Sixties Radicalism and Postmodernism*. Cambridge, Cambridge U. Press, 1998.

³⁸ Veja-se Rui Bebiano, *O Poder da Imaginação. Juventude, Rebeldia e Resistência nos Anos 60*. Coimbra, Angelus Novus, 2003.

³⁹ Luci Gati Pietrocolla, “Anos 60/70. Do sonho revolucionário ao amargo retorno”, *Tempo Social*. 8 (2), 1996, pp. 119-145.

no mesmo ambiente físico, se foram gradualmente alargando e separando dos localismos e das formas de exaltação do local e do nacional que resistiam a essa lenta mas poderosa invasão. Pode dizer-se que foi nesse contexto que a academia coimbrã viveu, em plenos anos 60, uma das mais notáveis transformações da sua história. Não se tratava agora do núcleo restrito e incontornável, quase exclusivamente masculino, ocupado com a formação de um sector indispensável das elites, nem era já o território de afirmação de uma ordem cultural e de uma concepção do país e do mundo que o salazarismo pretendia fixar⁴⁰, uma vez que se vinha transformando no segmento especialmente dinâmico de um movimento amplamente participado, em larga medida internacional, marcado também por uma crescente participação feminina⁴¹, de resistência aos modelos interpretativos da modernidade autoritariamente impostos e ao papel da universidade como seu caldo de cultura. A intensa politização do meio estudantil coimbrão ocorrida principalmente a partir de 1971⁴², sob a onda de choque do Maio de 68 e a influência de um novo tipo de activismo, ao apontar já para o aniquilamento do regime, para a destruição do sistema social e económico dominante e para o fim da guerra colonial, mas contestando também com uma grande radicalidade, tanto ao nível das opções políticas como na área das vivências quotidianas, a “cultura de regime”, tem a marca dessa influência.

Enquanto instrumento de resistência, produzia-se então uma alternativa à vivência do pequeno mundo, cerrado sobre si próprio, e ao desenvolvimento da Universidade como espaço de alguma forma perverso, ocupado essencialmente – apesar da existência de um número significativo e particularmente honroso de excepções – com o fomento de leituras do mundo que eram cada vez mais radicalmente questionadas. Em alternativa, a cultura juvenil universitária produzia territórios da imaginação que permitiam conceber outras regiões, capazes de funcionarem como paragens de auto-estrada, *não-lugares*⁴³ pontuando novos trajectos sem lhes imporem

⁴⁰ Veja-se Rui Grácio, “Moral e Política na Academia de Coimbra. Crónica documentada de uma polémica no dealbar dos anos 60”, *Vértice*. II Série, 15, 1989, pp. 69-85.

⁴¹ Veja-se Rui Bebiano e Alexandra Silva, “A reidentificação do feminino e a polémica sobre a ‘Carta a uma Jovem Portuguesa’”, in *Revista de História das Ideias*, nº 25, Coimbra, 2004, pp. 423-454.

⁴² Veja-se Miguel Cardina, *Op. Cit.*

⁴³ Veja-se Marc Augé, *Non-Lieux. Introduction à une anthropologie de la Sumodernité*. Paris, Seuil, 1992.

constrangimentos. O mais simples deambular funcionava então como momento libertador da prisão representada por aquele pequeno mundo. Percorrer pontos no mapa, somá-los como elementos de um património individual, possibilitou, nestas condições, a produção de uma cartografia do desenraizamento⁴⁴, que buscava modelos alhures e marcou profundamente os jovens universitários presentes em Coimbra neste período, determinando a sua desafecção em relação ao regime vigente e reduzindo acentuadamente a importância simbólica e vivencial detida pela própria cidade.

No pós-25 de Abril de 1974, esta situação ver-se-á alterada de uma forma rápida e profunda, não apenas em consequência da democratização do sistema político, mas, sobretudo, por causa do desenvolvimento de poderosos movimentos sociais, em condições de intervirem na definição dos seus contornos institucionais e programáticos. E devido também à redução do papel destacado da antiga cidade universitária, em grande parte determinada pela marginalização de uma parte significativa das suas elites, directa ou indirectamente comprometidas com o regime derrubado, mas relacionada também com um processo de explosão do ensino superior que já então se podia vislumbrar, embora ainda ninguém se encontrasse em condições de prever as suas avassaladoras consequências.

Deste trajecto temporalmente alargado e centrado no caso de Coimbra pode assim inferir-se uma generalização: grande parte do sucesso das iniciativas estudantis de teor reivindicativo, enquanto fenómeno social de uma grande importância, marcado por uma acentuada longevidade, resultou sempre da sua capacidade para ultrapassarem a mera defesa dos interesses próprios e imediatos. Para integrarem movimentos de um carácter mais ambicioso, destinados a intervir em áreas nas quais esses limitados objectivos se transformassem em metas capazes de se reflectirem numa participação cívica de maior alcance. Dentro de uma dimensão planetária, foi nessas ocasiões que se tornou possível instalar as movimentações estudantis num lugar de destaque, fazendo-as alcançar um protagonismo histórico muito considerável, em condições de ultrapassar as fronteiras sociais, ou mesmo as nacionais, dentro das quais haviam permanecido confinadas, e conferindo-lhes, ao

⁴⁴ Veja-se Rui Bebiano, *O Poder da Imaginação*, *Op. Cit.*

mesmo tempo, um grau de exemplaridade capaz de impulsionar o aparecimento de movimentos de uma natureza social e territorial mais alargada. Nos últimos cinquenta anos, de Berkeley a Tien-An-Men, entre Nanterre e Praga, desde a Cidade do México até Dili ou Seul, tem sido essa iniciativa a pautar, em larga medida, o desenvolvimento político e o empenhamento cívico nas regiões dentro das quais elas tiveram lugar, conferindo à acção estudantil um elevado sentido emulativo e emancipatório, com capacidade para se afirmar na condição de “*fenómeno social contínuo e vital, de uma natureza global*”⁴⁵. A academia de Coimbra, bem como aquele segmento da cidade que com ela mais directamente se relacionava, não se deixaram marginalizar por este processo.

5. Esta dimensão de inquietação, rebeldia e abertura deverá, pois, intervir com o mesmo grau de destaque da vivência mais tradicional e também mais imobilista, na construção da identidade múltipla de Coimbra. Retomando Koolhaas, citado no início deste texto a propósito da relação entre o passado e a identidade das cidades, quanto mais una e poderosa é a identidade “*mais ela aprisiona, mais resiste à transformação, à interpretação, à renovação e à contradição*”⁴⁶. A integração, dentro do território no qual esta se define, de factores divergentes e contraditórios, não só a enriquece como a ajuda a libertar-se de um destino precível. Uma Coimbra revelada plural, emancipada da imagem estereotípica do lente inquisidor, do estudante truculento e boémio, e da linda tricana que este jamais desposará, apenas pode resultar, perante as expectativas das novas gerações que a ela todos os anos aportam, mais dinâmica e mais humanizada também. Será tempo de reconhecê-la e de valorizá-la, de integrá-la sem constrangimentos, e até com orgulho, na história e no património identitário da própria cidade.

⁴⁵ Mark Edelman Boren, *Student Resistance. A History of the Unruly Subject*. New York, Routledge, p. 12.

⁴⁶ Rem Koolhaas, *Op. Cit.*, p. 8.